

Prefixar, só com confiança

Mário Henrique Simonsen

Pelo que se lê na imprensa, o governo pretende agora atacar a inflação pelos dois lados. Do lado da demanda, teremos em 1989 um feijão com arroz reforçado, capaz de zerar o déficit operacional do setor público. Do lado da oferta, o governo estabelecerá mês a mês determinada meta de inflação (presumivelmente cadente no tempo). Isto posto, salários, aluguéis, preços administrados, câmbio e OTN seriam reajustados pela inflação projetada para o mês. Essa é a idéia da prefixação, ou do redutor flexível, ou ainda da desindexação gradual. É um equívoco atribuir a paternidade dessa idéia a este escriba, como anda em moda em nossos círculos financeiros. A idéia é velha como Matusalem, tendo sido usada no Pacto de Moncloa, no Plano Craxi-Scotti de desindexação na Itália, no Plano Primavera do México, e assim por diante.

Todas as objeções à idéia de prefixação partem da hipótese de que o governo não conseguirá reduzir a inflação aos níveis projetados. Ou seja, que, em determinado mês, o governo projete a inflação em 15%, e no final do mês os índices revelem que a verdadeira alta de preços foi de 20% ou 25%. Diante desse hiato de credibilidade (reforçado pelas frustrações do pacto social em dezembro), é natural que ninguém queira ser o primeiro a desindexar: os trabalhadores não querem abrir mão da URP, os empresários financeiros e exportadores querem que a prefixação se limite aos reajustes de preços e salários, mas não à OTN e à taxa de câmbio e assim por diante. Desatar o nó é tarefa complicada num último ano de governo, mas não impossível.

O governo precisará encarar as prefixações como um compromisso de honra, e não como um artifício para tapear os incautos. Ou seja, se a inflação de um mês for projetada em, digamos, 10%, o governo fará das tripas coração para conseguir que a inflação efetiva se situe, na pior das hipóteses, em 10%. O governo precisará também sinalizar a trabalhadores e empresários que está disposto a contribuir para o combate à inflação cortando a própria pele, e não apenas exigindo mais impostos do contribuinte. Fechar alguns Ministérios que nunca deveriam ter sido criados é medida louvável. Mas, se o mesmo pessoal continuar pendurado na folha de pagamento da União, ninguém levará a sério o passe



“O governo precisa mostrar a todos que também está disposto a cortar na própria pele”

de mágica. Adiar por dois anos as obras da Ferrovia Norte-Sul seria um belo exemplo de renúncia. O governo precisará ainda assumir o comando do pacto social, persuadindo empregados e empregadores de que está disposto a combater a inflação a qualquer custo, com ou sem recessão. E que, ou todos aceitam as regras de prefixação, ou se submeterão ao doloroso aprendizado do arrocho monetário e às conseqüentes fálências e desemprego.

A prefixação tem de abranger salários, preços administrados, OTN e taxa de câmbio, além de aluguéis e outros rendimentos. Qualquer exceção, ressaltadas as cadernetas de poupança, dará a impressão de que o governo não acredita em seu próprio plano. Se a exceção for a URP, o plano fracassará por conservar o principal fator de inércia inflacionária (isso aconteceu em 1980, quando a prefixação se limitou à correção monetária e cambial, deixando os reajustes de salários pela inflação passada). Se a exceção for a OTN e a taxa de câmbio, como quer o mercado financeiro, os trabalhadores terão sobejas razões para rejeitar o plano. Afinal, a moeda do capitalista não pode ser privilegiada em relação à do trabalhador.

Por mais que o governo procure dar credibilidade a seu programa de combate à inflação, essa credibilidade não se conquistará de imediato, mas só com alguns meses de sucesso, ou seja, depois que empresários e trabalhadores verificarem que o governo cumpre o que promete. No meio tempo, não faltará no meio empresarial quem tente remarcar preços acima das metas prefixadas pelo governo, nem sindicatos que pleiteiem reajustes superiores aos pactuados. A praxe da Nova República é tentar domar os rebeldes com o CIP, a Sunab e a Polícia Federal, como no episódio do confisco de bois durante o Plano Cruzado. Nada disso funciona na prática, pois não há polícia capaz de revogar a lei da oferta e da procura. O que funciona é a arma descoberta pelo dr. Schacht para ferir os especuladores no órgão mais sensível do corpo humano, ou seja, no bolso: a taxa de juros. Taxas suficientemente altas convencem os especuladores a desovar estoques e parar de apostar na inflação. Não é preciso mantê-las por muito tempo na estratosfera, mas apenas enquanto há descrentes na firmeza da política antiinflacionária do governo.

O ponto-chave para o sucesso do combate à inflação em 1989 é exatamente este: acoplar a política de desindexação com extremo ativismo monetário. Para isso, a Nova República precisa livrar-se de um cacoete: o de usar a taxa do “overnight” como um finalizador da inflação. A taxa, na realidade, deve ser a que convém para os propósitos da política monetária e de estabilização de preços.

Não é fácil acoplar esses elementos num governo que sempre exorcizou altas taxas de juros, a julgar pelo destino de alguns diretores da dívida pública do Banco Central. Mais ainda, a nova Constituição proíbe taxas reais de juros superiores a 12%, ao ano. Se essa limitação se restringir às taxas em operações de longo prazo, tudo bem, mas, se ela se aplicar a operações de curto prazo, quando a inflação esperada pode se situar muito além da efetiva, a política antiinflacionária pode transformar-se em equação impossível.

Torçamos para que tudo dê certo.

Mário Henrique Simonsen é ex-ministro da Fazenda e do Planejamento